

DESCONSTRUINDO A DIVISÃO SOCIEDADE-NATUREZA

Processo colaborativo de cocriação
de uma agenda

(3ª Edição)



2025

Escola Superior Agrária
Instituto Politécnico de Viana do Castelo



Escola Superior
Agrária



JULHO 2025

Escola Superior Agrária (ESA)

Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC)

3ª Edição da Pós-Graduação “Uma Só Saúde/One Health”

Módulo “Desconstruindo a divisão Natureza-Sociedade”

ISBN 978-989-9141-34-6

DOI: 10.57910/ipvc-esa-978-989-9141-34-6



Ficha Técnica

Andreia Alves - Microbióloga de formação, sempre ligada a laboratórios e curiosa sobre tudo, sempre com muita vontade de ouvir outros pontos de vista e aprender

Beatriz Marques - Com percurso em Biotecnologia e Engenharia Alimentar, investiga as interdependências entre saúde, ambiente e sociedade através da lente da Uma só Saúde

Carla Ferreira – Estudante e Médica Interna de Saúde Pública

Cláudia Pinheiro - Apaixonada pela “Pacha Mama” (Mãe Terra), Assistente Social de Formação, atualmente criadora de Lamas

Conceição Reis - Técnica de Saúde Ambiental, que fez uma viagem pela One Health desde a Ilha da Madeira até Ponte de Lima, motivada pela abrangência global que esta temática representa para a sobrevivência da humanidade no planeta Terra, e enriquecida pelo convívio humano que encontrou entre colegas e professores, nesta PG da ESA do IPVC

Diana Exposto - Geógrafa, movida pela curiosidade e pelo desejo constante de aprender e evoluir profissionalmente

Liliana Afonso - Nutricionista, educadora para a saúde e gestora de projetos de cooperação e desenvolvimento internacional

Liliana Fernandes - Nutricionistas e defensora de uma alimentação segura, saudável, equitativa e sustentável

Mariana Silva - Professora de Português, dirigente política e ecologista em "formação"

Miguel Cerqueira - Técnico de Saúde Ambiental - Unidade de Saúde Pública do Alto Minho | Entusiasta e defensor da abordagem One Health em resposta às múltiplas agressões antropogénicas no ecossistema

Nicole Viana - Enfermeira Especialista em Enfermagem Comunitária na área da Saúde Pública, admiradora da biodiversidade, interessada na abordagem One Health

Paulo Travassos - Enfermeiro Veterinário, ornitólogo e defensor dos serviços dos ecossistemas e da prática de Uma só Saúde

Silvia Matta - Admiradora da natureza, médica de formação com vontade de expandir os horizontes

Teresa Letra Mateus - Coordenadora da PG, Médica Veterinária, entusiasta da Uma só Saúde

Diogo Guedes Vidal – Docente responsável, Sociólogo da natureza e do ambiente

EXERCÍCIO COLABORATIVO DE COCRIAÇÃO DE UMA AGENDA PARA DESCONSTRUIR A DIVISÃO SOCIEDADE-NATUREZA

3ª Edição

INTRODUÇÃO

A intensificação das crises socioecológicas a nível global e a crescente consciencialização para a importância das relações entre saúde humana, saúde animal e saúde ambiental têm conduzido à consolidação do conceito One Health como uma prioridade política e técnica para a promoção de comunidades mais resilientes e saudáveis (Capps, 2022; One Health European Joint Programme, 2019; Vidal et al., 2022). Esta abordagem integrada reflete uma mudança paradigmática nas últimas duas décadas, promovida por organismos internacionais e europeus, como a Comissão Europeia e a OMS Europa, que admitiram a importância de reconhecer e articular as múltiplas dimensões da saúde e do ambiente para responder de maneira eficaz às ameaças emergentes (Alves et al., 2013), nomeadamente as alterações climáticas, a degradação ambiental e o aparecimento de novas doenças zoonóticas, a par de uma erosão dos valores democráticos em vários contextos.

No contexto europeu, o Pacto Ecológico Europeu (European Commission, 2019) e a Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030 (European Commission, 2020) destacam o imperativo de uma ação conjunta para transformar a relação entre a humanidade e a natureza (e os seus elementos), promovendo comunidades saudáveis e resilientes e salvaguardando a biodiversidade e a saúde pública. Em Portugal, esta agenda alinha-se com as prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Saúde 2021–2030 (Freitas, 2022), que aposta numa abordagem intersetorial para a promoção da saúde e do bem-estar, e com a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (2018–2030) (Resolução Do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de Maio, 2018), que reconhece o

valor intrínseco e estratégico dos serviços dos ecossistemas para a saúde humana e para a sustentabilidade do país.

É neste contexto e alinhada com a prática interdisciplinar e participada promovida pela abordagem One Health, que esta agenda participativa foi cocriada por estudantes da 3ª Edição da Pós-Graduação One Health/Uma Só Saúde da Escola Superior Agrária do IPVC¹, ligados à saúde e ao ambiente, através de um processo estruturado de reflexão e diálogo crítico. O exercício teve como objetivo central construir uma agenda prática e estratégica para guiar a implementação de processos participativos inclusivos e eficazes, promovendo uma saúde pública e ambiental alicerçada nos direitos humanos e nos direitos da natureza.

Partindo dos conhecimentos e saberes mobilizados, das barreiras e dificuldades mapeadas, e das estratégias e exemplos inspiradores para mobilização e ação, esta agenda dá continuidade à prática de escuta e de cocriação enquanto instrumentos essenciais para tornar visível e acessível a diversidade de perspetivas e prioridades das comunidades locais, fortalecendo a ligação entre ciência, política e prática social.

Assim, este documento organiza-se em três partes principais:

1. Identificação das principais direções para uma participação mais inclusiva e eficaz (Fase 1);
2. Mapeamento coletivo dos desafios para a implementação de processos participativos (Fase 2);

¹ A primeira edição da agenda pode ser consultada aqui: <http://hdl.handle.net/20.500.11960/3521>; e a segunda edição aqui: <http://repositorio.ipvc.pt/handle/20.500.11960/4229>.

3. Cocriação e consolidação de uma agenda participativa para ambiente e saúde (Fase 3).

A presente agenda não representa uma meta fechada, mas sim uma base viva e adaptável para o diálogo contínuo entre comunidades, instituições e decisores, contribuindo para uma prática crítica e sustentável de participação e para uma compreensão ampliada e interdisciplinar do conceito de One Health — uma saúde para todas e todos, sem fronteiras entre humanos, não humanos e os ecossistemas que partilhamos.

FASE 1: QUESTÃO NORTEADORA

“Que tipo de participação é necessária para garantir justiça ambiental e saúde coletiva?”

- Assegurar representação de todos os grupos, especialmente:
 - Jovens, população rural, comunidades migrantes e estrangeiras, residentes em habitação social e pessoas com mobilidade reduzida;
- Levar a participação às comunidades rurais e às instituições de proximidade (igrejas, IPSS, escolas, coletividades e associações locais);
- Utilização de múltiplos canais de comunicação para alcançar todas as pessoas:
 - SMS e alertas para lembrar e motivar a participação;
 - Programas de rádio e podcast;
 - Conteúdos nas redes sociais para alcançar a população mais jovem;
 - Formação e sensibilização para aumentar a literacia e motivação;
- Participação contínua e intergeracional:
 - Atividades nas escolas e comunidades para todas as idades (clubes de natureza, voluntariado ambiental, associações locais, entre outros);
- Descentralização e neutralidade política para garantir legitimidade e credibilidade no processo participativo;
- Adoção de estratégias e estímulos para aumentar o envolvimento:
 - Benefícios fiscais e compensações (inclusive alimentares);
 - Incentivos à mobilidade e ao transporte;
 - Linguagens de proximidade (infográficos, vídeos, cinema e teatro) para comunicar as questões socioambientais.

FASE 2: MAPEAMENTO COLETIVO DE DESAFIOS

Identificação dos principais desafios para a implementação de processos participativos em ambiente e saúde

- Transmissão de informação:
 - Dificuldade de comunicar para todas as comunidades e níveis de literacia;
- Participação e motivação:
 - Desmotivação associada à falta de retorno visível e à distância do impacto das decisões tomadas;
- Acessibilidade e equidade:
 - Limitações de transporte, disponibilidade e recursos para participar;
- Transparência e credibilidade:
 - Necessidade de garantir processos claros e simples, e *feedback* contínuo às comunidades;
- Contextos socioeconómicos e culturais:
 - Influência de precariedades de vida, questões religiosas e culturais, e baixa literacia;
- Resultado e compromisso:
 - O impacto não imediato e a ausência de comunicação clara prejudicam a legitimidade e continuidade do processo participativo.

FASE 3: COCRIAÇÃO DA AGENDA PARTICIPATIVA

Objetivo: Gerar propostas e princípios para uma agenda participativa clara e eficaz para ambiente e saúde.

Atividade 1: Mobilização

Como envolver e sensibilizar mais pessoas?

- Utilização de canais de comunicação adaptados às comunidades (infográficos, vídeos, SMS);
- Ativação de locais de proximidade para realização de iniciativas participativas (largos de igrejas, IPSS, juntas de freguesia, estabelecimentos de ensino, espaços verdes públicos);
- Atividades lúdicas e intergeracionais para atrair diferentes públicos (cineclubes de verão, caminhadas guiadas para famílias e idosos).

Atividade 2: Melhoria

O que precisa mudar nos processos?

- Feedback contínuo e obrigatório, com compromisso claro para quem participa (por exemplo, através da implementação de uma newsletter de monitorização e de informação;
- Participação neutral e inclusiva, sem ligação político-partidária;
- Adaptação de horários e locais para facilitar a acessibilidade e aumentar a representação;
- Processos simples, que não desmotivem e respeitem os tempos das pessoas.

Atividade 3: Facilitação

Que ferramentas ou princípios podem apoiar a participação?

- Formação para aumentar a literacia e capacitação dos cidadãos e cidadãs;
- Benefícios e incentivos fiscais para aumentar o engajamento e valorizar o tempo e conhecimento das comunidades;
- Utilização de transporte público ou disponibilização de transporte para aumentar o acesso e a representatividade;
- Monitorização e comunicação de resultados para garantir visibilidade e impacto direto para todas as partes.

Atores-chave:

- Comunidades locais e grupos vulneráveis;
- Organizações não-governamentais e instituições de ensino;
- Profissionais de saúde pública e ambiental;
- Governos locais e autoridades públicas;
- Organizações internacionais e setor privado;
- Associações locais e religiosas.

RECOMENDAÇÕES PARA UMA AGENDA PARTICIPATIVA EM AMBIENTE E SAÚDE

- **Fomentar a participação de proximidade** através do uso de canais de comunicação diversificados e adaptados aos diferentes grupos representativos da comunidade, com destaque para a comunicação simples, clara e inclusiva. A aposta passa por capacitar cidadãos e cidadãs para uma intervenção crítica e informada nos

processos participativos. Sugere-se uma escuta genuína das vivências e preocupações dos cidadãos, por forma a gerar confiança da população.

- **Criar processos dinâmicos e acessíveis** que incentivem a participação nos espaços públicos (largos de igrejas, jardins, escadarias) e nas estruturas sociais de proximidade (IPSS, lares, creches, juntas de freguesia), promovendo atividades que despertem o interesse e o compromisso para a ação cívica. Por exemplo:
 - Cinema ao ar livre sobre a natureza e a sustentabilidade;
 - Atividades lúdicas e jogos para todas as idades, envolvendo particularmente crianças e pessoas mais velhas;
 - Encontros com associações ou grupos de cidadãos que já fizeram projetos nessas áreas e que possam trazer exemplos concretos e resultados;
 - Envolver empresas que tenham as normas ambientais implementadas de modo a promover projetos e divulgação em parceria;
 - Caminhadas guiadas, workshops com especialistas para público em geral.
- **Oferecer incentivos concretos para aumentar a adesão e o compromisso** com processos de participação ligados às temáticas em discussão (benefícios fiscais, vales para transporte ou alimentação, ou acesso a equipamentos e serviços úteis para a comunidade).
- **Utilizar de maneira gratuita e organizada os transportes das câmaras municipais** para reduzir as dificuldades de mobilidade e facilitar a participação, contribuindo para aproximar as comunidades dos elementos e questões territoriais que são objeto de debate e decisão.
- **Assegurar que o feedback aos participantes seja obrigatório e significativo**, reconhecendo o valor do contributo de cada pessoa e formalizando um compromisso para comunicar de que maneira as suas propostas e visões foram consideradas. As sessões de retorno devem ser adaptadas às disponibilidades e

contextos locais (horários e locais acessíveis), para garantir uma comunicação clara e contínua.

MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO	AÇÃO CONCRETA	ATORES ENVOLVIDOS	RECURSOS NECESSÁRIOS	INDICADOR DE SUCESSO
Fomentar a participação de proximidade através de canais de comunicação diversificados e adaptados à comunidade	- Criar uma campanha de comunicação clara e inclusiva para cada grupo (infográficos, vídeos, SMS, rádio local). - Organizar sessões de capacitação para cidadãos e cidadãs.	Juntas de Freguesia, IPSS, Escolas, Organizações Comunitárias	Materiais gráficos e digitais. Formadores para sessões de capacitação. Recursos tecnológicos básicos.	Aumento do número e diversidade de participantes nos processos de consulta e debate.
Criar processos dinâmicos e acessíveis para aumentar a participação	- Organizar exposições de cinema ao ar livre e caminhadas guiadas para famílias e comunidades. - Incorporar jogos e atividades intergeracionais nas sessões participativas.	Câmaras Municipais, IPSS, Lares e Creches, Associações Culturais e Ambientais	Equipamento de projeção e som. Guias especializados. Material para atividades lúdicas.	Número de sessões e atividades realizadas anualmente e níveis de satisfação registados.
Oferecer incentivos concretos para aumentar a adesão e compromisso	- Criar e comunicar benefícios fiscais ou vales para transporte e alimentação. - Tornar visível e clara a ligação entre a participação e o impacto direto nas comunidades.	Câmaras Municipais, Organizações Locais, Empresas e Comércio Local	Orçamento para benefícios fiscais e vales de transporte. Recursos para comunicação e divulgação.	Aumento do número de pessoas que participam regularmente nas sessões participativas.
Utilização gratuita dos transportes municipais para facilitar a participação	- Organizar rotas específicas para levar as comunidades às sessões de participação. - Integrar transporte gratuito nas estratégias de mobilização para debates e visitas guiadas ao território.	Câmaras Municipais, Empresas de Transporte, Juntas de Freguesia	Veículos para transporte coletivo. Recursos para manutenção e comunicação dos percursos e horários.	Número de pessoas transportadas gratuitamente para atividades participativas e visitas guiadas.
Feedback obrigatório e significativo para quem participa	- Organizar sessões específicas para retorno de informação e compromisso com quem participou. - Tornar acessível e claro para todos o impacto das propostas e decisões tomadas.	Câmaras Municipais, Organizações Locais, Técnicos de Participação e Comunicação	Espaços para sessões de feedback. Recursos para comunicação clara e adaptada às comunidades. Ferramentas para registo e monitorização.	Porcentagem de participantes que recebem retorno direto e satisfação expressa com o processo.

NOTAS FINAIS

Esta Agenda Participativa em Ambiente e Saúde pretendeu promover um exercício de escuta e cocriação com vista a contribuir com uma base viva e estruturada para informar e transformar políticas públicas. A sua relevância e pertinência tornam-se particularmente evidentes no atual contexto global, marcado por múltiplos desafios socioecológicos.

Neste quadro, este documento assume-se como um instrumento de mobilização e de compromisso, alinhado com uma visão de saúde pública e ambiental interdisciplinar e intersetorial, promovida pela abordagem One Health. Pretende, também ser, um guia para a ação local e global, que evidencia a importância de reconhecer as comunidades e os seus saberes como elementos centrais para garantir a saúde e o equilíbrio ambiental, numa lógica de respeito pelos direitos humanos e direitos da natureza. Mas, acima de tudo, um pequeno contributo que mapeia alguns dos pilares básicos para a transformação dos processos participativos, tais como:

- A inclusão e representação de todas as comunidades e grupos vulneráveis;
- A comunicação clara e adaptada às diferentes realidades e contextos;
- O compromisso efetivo e contínuo das autoridades locais, regionais e nacionais para com as comunidades.

Esta Agenda não representa uma meta fechada ou um modelo único. É, tal como os processos participativos o exigem, uma estrutura viva e adaptável para orientar uma nova prática de governança participada e interdisciplinar, tão necessária para responder às emergentes pressões e às tensões socioeconómicas e culturais que atravessam as sociedades contemporâneas. Por esta via, constitui uma proposta para transformar a relação entre as comunidades e o seu ambiente, promovendo políticas públicas mais eficazes, sustentáveis e justas, e modelos de desenvolvimento alternativos e alinhados com a saúde e a vitalidade dos territórios e das comunidades que os habitam.

Assim, esta Agenda Participativa não conclui, mas inaugura uma nova fase de diálogo e ação conjunta tendo por base as duas edições anteriores. O seu sucesso residirá, sempre, na capacidade de articular e mobilizar comunidades, instituições e decisores para uma transformação cultural, política e social, fortalecendo uma governança participada e interdisciplinar, pautada pela equidade, pela solidariedade e empatia.

REFERÊNCIAS

- Alves, F., Filho, W. L., Araújo, M. J., & Azeiteiro, U. M. (2013). Crossing borders and linking plural knowledge: Biodiversity conservation, ecosystem services and human well-being. *International Journal of Innovation and Sustainable Development*, 7(2), 111–125. <https://doi.org/10.1504/IJISD.2013.053323>
- Capps, B. (2022). One health ethics. *Bioethics*, 36(4), 348–355. <https://doi.org/10.1111/bioe.12984>
- European Commission. (2019). *Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions the European Green Deal-Com/2019/640 Final*. European Commission. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:52019DC0640>
- European Commission. (2020). *Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council and the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions ‘EU biodiversity strategy for 2030 — bringing nature back into our lives’ (COM/2020/431)*. European Commission. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1590574123338&uri=CELEX:52020DC0380>
- Freitas, M. da G. (2022). *Plano Nacional de Saúde 2021–2030* (Direção-Geral da Saúde (ed.)). Ministério da Saúde. <https://www.dgs.pt/documentos-em-discussao-publica/plano-nacional-de-saude-2021-2030-em-consulta-publica-ate-7-de-maio1.aspx>
- One Health European Joint Programme. (2019). *The One Health European Joint Programme: Strategic Research Agenda*. OneHEALTH EJP. https://www.rivm.nl/sites/default/files/2019-09/8106_RIVM_Clickable_PDF_One_Health_EJP_A4_TG.pdf
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, (2018). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/55-2018-115226936>
- Vidal, D. G., Oliveira, G. M., Pontes, M., Maia, R. L., & Ferraz, M. P. (2022). The influence of social and economic environment on health. In J. C. Prata & A. Isabel (Eds.), *One Health* (pp. 205–229). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/b978-0-12-822794-7.00005-8>